



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1512473 - PR (2019/0156228-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : REINALDO DA SILVA
ADVOGADO : JEFFERSON KENDY MAKYAMA - PR044354
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. *QUANTUM* DE AUMENTO EM 3 (TRÊS) MESES ACIMA DO MÍNIMO – 1/8 (UM OITAVO) DA DIFERENÇA ENTRE A PENA MÍNIMA E MÁXIMA (6 MESES A 3 ANOS). EXASPERAÇÃO. DESPROPORCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA. CRITÉRIO MATEMÁTICO. INAPLICABILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por REINALDO DA SILVA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que negou seguimento a recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal.

Consta nos autos que o Agravante foi condenado à pena de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de detenção, em regime inicial semiaberto, mais o pagamento de 103 (cento e três) dias-multa, pelo delito previsto no art. 306, *caput*, da Lei n.º 9.503/1997 (fls. 250-251).

Inconformada, a Defesa interpôs apelação, à qual a Corte de origem deu parcial provimento para fixar a pena pecuniária em 14 (catorze) dias-multa e, de ofício, reduzir para 10 (dez) meses o período de suspensão da licença para dirigir (fls. 344 e 345).

Os embargos de declaração da defesa foram rejeitados (fls. 376-386).

Nas razões do recurso especial, a Defesa aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 59 e 68, ambos do Código Penal, aduzindo para tanto que a elevação da pena-base em 3 (três) meses mostrou-se desproporcional, pois "[e]xistindo apenas um único vetorial negativo, o aumento da pena base deve partir do mínimo legal estabelecido no tipo secundário." (fl. 423).

O recurso especial não foi admitido (fls. 442-444).

Interposto o agravo em recurso especial (fls. 453-469), a Acusação apresentou contrarrazões (fls. 476-478).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 493-498, opinando pelo desprovimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

O agravo é tempestivo e impugnou os fundamentos da decisão agravada, razão pela qual passo à análise do recurso especial.

O Juízo sentenciante elevou a pena-base na fração de 1/8 (um oitavo) por força dos maus antecedentes do Recorrente, como se vê destes trechos ora transcritos (fls. 250-251, sem grifos no origina):

"DOSIMETRIA DA PENA:

a) 1ª fase - Das circunstâncias judiciais: Culpabilidade: a culpabilidade se traduz num plus no elemento subjetivo do tipo (dolo). No caso, a culpabilidade do agente não destoa da normalidade. Antecedentes: em consulta ao sistema oráculo, verifica-se que o réu possui condenações criminais transitadas em julgado por fatos anteriores aos ora analisados. Desta forma, destaco que a mais recente será utilizada para caracterização de reincidência na segunda fase da dosimetria e as demais serão valoradas como circunstância judicial negativa. Conduta social: não há como valorá-la, frente à ausência de elementos para tanto. Personalidade do agente: do mesmo modo, não há elementos para sua apreciação. Motivos: eventual motivação específica do delito não restou revelada nos autos. Circunstâncias: circunstâncias do delito são aquelas circunstâncias acessórias que não compõem o crime, mas influem sobre a sua gravidade, como o estado de ânimo do réu, as condições de tempo, lugar, maneira de agir. Nenhuma circunstância excepcional. Consequências: as consequências do ocorrido não foram graves. Comportamento da vítima: não há falar dessa circunstância judicial nessa espécie de crime. Nesta medida, fixo a pena -base em 9 (nove) meses de detenção."

O Colegiado de origem manteve a referida elevação da pena-base com apoio nestas razões (fls. 337-340, sem grifos no original):

"No que concerne ao aumento operado na primeira fase da dosimetria pela circunstância judicial dos antecedentes, verifica-se o acréscimo de 03 (três) meses, sendo fixada a pena-base em 09 (nove) meses de detenção.

Quanto à fração de aumento que deve ser aplicada para cada circunstância judicial valorada negativa, é certo que o art. 59 do Código Penal não atribui valor absoluto para cada uma delas, sendo a doutrina e a jurisprudência entende que o aumento ideal é de 1/8 calculado sobre o intervalo de pena abstratamente estabelecido no tipo penal incriminador.

Contudo, o quantum de aumento é matéria sujeita à discricionariedade do magistrado sentenciante, o qual pode exasperar a pena em patamar superior, ainda que por apenas uma circunstância desfavorável, desde que haja fundamentação idônea.

[...]

No caso, a fração de 1/8 sobre o intervalo entre a pena mínima e máxima abstrata estabelecido no tipo penal do art. 306 do CTB (06 meses a 03 anos de detenção), corresponde a 03 (três) meses e 22 (vinte e dois) dias.

Portanto, na primeira fase, o aumento operado de apenas 03 (três) meses encontra-se correto e proporcional, de acordo com o critério do intervalo entre a pena mínima e máxima abstrata do tipo proporcionalmente calculado pelas oito circunstâncias judiciais."

De início, deve-se destacar que o Legislador não delimitou parâmetros exatos para a fixação da pena-base, de forma que a sua majoração fica adstrita ao prudente arbítrio do

Magistrado, que deve observar o princípio do livre convencimento motivado e os limites máximos e mínimos abstratamente cominados a cada delito.

Com efeito, para possibilitar uma distinção entre os diferentes graus de gravidade concreta que um mesmo crime abstratamente previsto pode implicar, a análise da proporcionalidade, na primeira etapa da dosimetria da pena, deve guardar correlação com o número total de circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal reconhecidas como desfavoráveis ao réu, sem prejuízo de que, em hipóteses excepcionais, a especial gravidade de alguma destas circunstâncias justifique uma exasperação mais incisiva.

Desse modo, não há nenhuma vinculação a critérios puramente matemáticos – como, por exemplo, os de 1/8 (um oitavo) ou 1/6 (um sexto) por vezes sugeridos pela doutrina –, mas os princípios da individualização da pena, da proporcionalidade, do dever de motivação das decisões judiciais e da isonomia exigem que o Julgador, a fim de balizar os limites de sua discricionariedade, realize um juízo de coerência entre: (a) o número de circunstâncias judiciais concretamente avaliadas como negativas; (b) o intervalo de pena abstratamente previsto para o crime; e (c) o quantum de pena que costuma ser aplicado pela jurisprudência em casos parecidos.

Desse modo, uma vez que o aumento da pena-base não está adstrito a critérios matemáticos e considerando-se o intervalo entre as penas mínima e máxima abstratamente cominadas ao delito de embriaguez na direção de veículo automotor (6 meses a 3 anos de detenção), não se verifica desproporcionalidade na exasperação da pena-base em 3 (três) meses acima do mínimo legal, o que corresponde a 1/8 (um oitavo) do intervalo entre suas penas mínima e máxima.

A propósito:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE FURTO. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. MAUS ANTECEDENTES. VÁRIOS TÍTULOS CONDENATÓRIOS COM TRÂNSITO EM JULGADO. PROPORCIONALIDADE NA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA-BASE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Como é cediço, a individualização da pena, como atividade discricionária do julgador, está sujeita à revisão apenas nas hipóteses de flagrante ilegalidade ou teratologia, quando não observados os parâmetros legais estabelecidos ou o princípio da proporcionalidade.

2. No caso, a pena-base do recorrente foi exasperada em razão do maior desvalor da vetorial 'antecedentes'. Considerando a presença de vários títulos condenatórios com trânsito em julgado a serem valorados na pena-base, importa reconhecer a possibilidade de aumento superior à fração de 1/8 pelos maus antecedentes, sendo descabido falar em desproporcionalidade na individualização da pena-base.

3. Ademais, considerando os limites máximo e mínimo previstos no preceito secundário do tipo do artigo 155, caput, do Código Penal (mínimo de 1 ano e máximo de 4 anos), o aumento da pena-base em 6 (seis) meses em razão de 1 (uma) circunstância judicial devidamente fundamentada não se revela desproporcional ou excessivo.

4. Com efeito, importa destacar que os critérios adotados pela jurisprudência e pela doutrina, diante do silêncio do legislador em estabelecer critérios para o aumento da pena-base, são meramente indicativos e não

vinculantes, sendo possível, teoricamente, estabelecer a pena-base no patamar máximo com fundamento em apenas uma circunstância judicial desabonadora.

5. *Agravo regimental não provido.*" (AgRg no AREsp 1445055/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 21/05/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. CULPABILIDADE. QUANTUM DE AUMENTO. OFENSA À PROPORCIONALIDADE NÃO EVIDENCIADA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A aplicação da pena, na primeira fase, não se submete a critério matemático, devendo ser fixada à luz do princípio da discricionariedade motivada do juiz. Precedentes.

2. Não se constata a alegada desproporção da dosimetria, considerando-se as penas mínima e máxima abstratamente cominadas ao delito imputado, art. 121, § 2º, IV do Código Penal, que prevê pena reclusiva de 12 a 30 anos.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1.785.739/PA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 28/06/2019, sem grifos no original).

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora